



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 30 de dezembro de 2021

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na quarta-feira	Capital de giro Na quarta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,72% São Paulo	104.891 104.107	R\$ 1.100	Na quarta -feira R\$ 5,693 (+0,95%)	R\$ 6,456	6,76%	9,16%	Julho/2021 0,96 Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25 Novembro/2021 0,95
0,25% Nova York	23/12 26/12 27/12 29/12		22/dezembro 5,667 23/dezembro 5,663 26/dezembro 5,639 29/dezembro 5,640				

ORÇAMENTO

IOF maior bancará desoneração da folha

Prorrogação de alíquotas extras cobradas sobre empréstimos visa garantir alívio aos 17 setores da economia que mais empregam

» ROSANA HESSEL

A equipe econômica estuda manter a sobretaxa do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compensar a desoneração da folha, prorrogada pelo Congresso Nacional até 2023. Essa é uma das medidas em estudo no Ministério da Economia para aumento de receita, de acordo com fontes da pasta.

Os gastos com a desoneração da folha não estão previstos no Orçamento de 2022 aprovado pelo Congresso, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que, para cada despesa criada, é preciso uma receita correspondente. A compensação precisará ser feita via receita, segundo os técnicos da equipe econômica. E o governo tem que indicar de onde virá o recurso, como é a praxe, para evitar crime de responsabilidade.

A taxa extra do tributo sobre as operações de crédito vence amanhã, logo, a prorrogação seria a saída mais fácil para o governo — basta um decreto do presidente Jair Bolsonaro mantendo a tarifa atual até dezembro de 2023, que é o prazo de vigência da desoneração. Contudo, não há certeza de que essa medida será suficiente para cobrir a despesa. Uma fonte do governo admitiu que pode ser que ocorra o mesmo com outros tributos.

O custo anual para a manutenção da desoneração da folha para 17 setores varia de R\$ 5,8 bilhões a R\$ 8,5 bilhões, dependendo das estimativas de especialistas. Em 20 de setembro, a alíquota do IOF nas operações de crédito passou de 1,50% para 2,04% ao ano, nos empréstimos para a pessoa jurídica, e de 3% para 4,08%, para a pessoa física. Na época, o governo informou que o dinheiro extra seria usado para custear o Auxílio Brasil, programa que substituiu



“O presidente sancionará a desoneração, pois não vai se indispor no ano eleitoral com os 17 setores que mais empregam no país. Se vetasse o projeto, o veto seria derrubado no Congresso”

Gil Castello Branco,
secretário-geral da
Associação Contas Abertas

o Bolsa Família. A previsão de receita com a sobretaxa do IOF chegava a R\$ 2,14 bilhões.

Pelos cálculos do economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, a desoneração da folha custaria R\$ 8,5 bilhões, mas, como há um resíduo de 2021, a necessidade seria de R\$ 5,3 bilhões. “O presidente sancionará a desoneração, pois não irá se indispor no ano eleitoral com os 17 setores que mais empregam no país. Se vetasse o projeto, o veto seria derrubado no Congresso”, disse. Ele lembrou que o governo consultou o Tribunal de Contas da União (TCU) indagando se estaria infringindo a LRF ao sancionar o Orçamento de 2022, que não previu a prorrogação, com uma receita inferior à estimada. “Disseram-me que o TCU teria concordado, imaginando que ajustes poderiam ser realizados ao longo do exercício”, acrescentou.

Ontem, o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, disse que o modelo de compensação ainda está sendo discutido.

Segundo ele, o aumento de receita para compensar a nova despesa poderá ser feito, por exemplo, com o fim de um benefício tributário. “Quando falo de receita, algum cancelamento de imposto pode não ser feito, ou mesmo (haver) corte de despesa”, afirmou Valle sem dar muitos detalhes.

Em 2020, mesmo zerando o IOF para as operações de crédito de abril até dezembro, o governo arrecadou R\$ 21,6 bilhões com o tributo. Neste ano, a arrecadação somou R\$ 43 bilhões de janeiro a novembro.

Regra de ouro

Conforme dados do Tesouro Nacional, o aumento da arrecadação em 2021 fez com que o governo eliminasse a insuficiência de recursos para o cumprimento da regra de ouro ao longo deste ano. A norma constitucional proíbe que o governo emita dívida pública para cobrir despesas correntes, como salários e aposentadorias.

De acordo com o subsecretário da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Otávio Ladeira, devido ao forte aumento da arrecadação, o governo deverá encerrar o ano com um saldo de R\$ 85,7 bilhões acima da margem para o cumprimento da regra. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deste ano apontava uma insuficiência de R\$ 453,7 bilhões para o cumprimento da regra de ouro.

De janeiro a novembro, a receita total do governo federal somou R\$ 1,801 trilhão, 21,9% acima do valor arrecadado no mesmo período de 2020, já descontada a inflação. Isso representou reforço de R\$ 324,1 bilhões para os cofres da União que, segundo Ladeira, ajudou a reduzir a necessidade de emissão de crédito suplementar para cobrir as despesas que estavam condicionadas a autorização do Congresso.

Marcello Casal Jr/ Agência Brasil



Em setembro, taxaço de operações de crédito de pessoa física subiu de 3% para 4,08% ao ano

Tesouro vê contas no azul

O secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, estima um saldo positivo em torno de R\$ 5 bilhões, neste ano, para o resultado primário do setor público consolidado, que inclui as contas da União, dos governos regionais e das estatais federais. “Seria o primeiro superavit primário desde 2013”, disse Valle, ontem, durante a apresentação das contas do governo central — que reúne Tesouro, Banco Central e Previdência. Segundo os técnicos do Tesouro, há uma sobra da ordem de R\$ 20 bilhões referentes ao empacotamento — recursos distribuídos aos ministérios que não são gastos ao longo do ano.

No acumulado de janeiro a novembro, as contas do governo central registraram déficit primário de R\$ 49,3 bilhões e, pelas estimativas de Valle, o saldo negativo deste ano deverá ficar em torno de R\$ 70 bilhões, abaixo do rombo de R\$ 89,9 bilhões previsto no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

Como o governo prevê R\$ 75 bilhões de superavit primário das estatais e dos governos regionais, é provável que as contas do setor público fechem no azul pela primeira vez em oito anos.

Em novembro, a receita líquida somou R\$ 130,8 bilhões e as despesas, R\$ 126,9 bilhões. No acumulado do ano, a receita líquida cresceu 21,3%, em termos reais (descontada a inflação), para R\$ 1,405 trilhão. Enquanto isso, as despesas tiveram redução de 24,1%, em termos reais, para R\$ 1,454 trilhão, devido, principalmente, à redução do volume de gastos no combate à covid-19.

Superavit

No mês passado, o governo central teve superavit primário de R\$ 3,9 bilhões, revertendo o déficit de R\$ 18,3 bilhões de novembro de 2020. De acordo com o Tesouro, o resultado “foi significativamente melhor que a mediana das

expectativas da pesquisa Prisma Fiscal, do Ministério da Economia, que indicava déficit de R\$ 14,1 bilhões”.

Conforme os dados do Tesouro, o déficit primário de R\$ 49,3 bilhões de janeiro a novembro representou 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) e ficou 92,9%, em termos nominais, abaixo ao saldo negativo de R\$ 699,1 bilhões (o equivalente a 10,3% do PIB) contabilizados no mesmo período de 2020, quando houve forte aumento de despesas por conta da pandemia.

As contas públicas estão no vermelho desde 2014, ou seja, o governo não consegue fazer economia suficiente para pagar os juros da dívida. Neste ano, a meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) permite um rombo de até R\$ 247,1 bilhões. No acumulado em 12 meses até novembro, o déficit primário do governo central somou R\$ 100 bilhões, o equivalente a 1,1% do PIB. (RH)

Assine, ganhe e presenteie.

O fim de ano do Correio está cheio de vantagens. Você assina, ganha um brinde especial e ainda poderá presentear uma pessoa querida com outra assinatura digital.

Impresso Fim de Semana + Digital Todos os Dias // Anual

Ganhe:

Um brinde especial

+ Uma Assinatura Digital Todos os Dias (Anual) para presentear



Modalidades:

Impresso e Digital Todos os Dias // Anual

Ganhe:

Um brinde especial

+ Uma Assinatura Digital Todos os Dias (Anual) para presentear



Acesse o QR Code e assinhe agora

CORREIO BRAZILIENSE

Central de atendimento: (61) 3342-1000
WhatsApp: (61) 99966-6772

A subscrição é destinada a qualquer pessoa física ou jurídica residente e domiciliada no Distrito Federal do Estado do Brasil, interessada em receber o jornal Correio Braziliense nas modalidades: Fim de Semana Impresso + Digital Todos os Dias Anual ou CDB Imprensa + Notícias/Imprensa Anual. O novo assinante deverá efetuar o pagamento da primeira parcela e enviar uma assinatura ativa para receber o brinde. Imagem meramente ilustrativa. A compra é realizada por meio de boleto e a entrega de exemplares depende de estoque de Brasília. Para mais informações, entre em contato com a Central de Atendimento 0800 3000.